

APRESENTAÇÃO

“Eu vim para que todos tenham vida e a tenham em abundância”. (Jo 10,10)

É com esta inspiração do Evangelho que apresentamos **Metas Populares para o Estado de São Paulo – Um olhar de esperança para o nosso território**, uma contribuição da Pastoral Fé e Política da Arquidiocese de São Paulo para a reflexão e a participação cidadã nas eleições de 2026.

A fé cristã não nos permite permanecer indiferentes diante das situações que ferem a dignidade humana. Jesus nos recorda que o amor a Deus está inseparavelmente ligado ao amor ao próximo (Mt 22,37-40), e que somos chamados a reconhecê-lo especialmente nos irmãos e irmãs que têm fome, sede, são estrangeiros, estão sem roupa, enfermos ou privados de liberdade (Mt 25,31-46). Por isso, cuidar da vida, combater a pobreza, promover a justiça e defender os direitos de todas as pessoas é o cerne da missão cristã.

A Palavra de Deus nos convida ainda a buscar o bem da cidade e da sociedade em que vivemos: “Procurai a prosperidade da cidade [...] e rezai por ela ao Senhor, pois na sua prosperidade está a vossa prosperidade” (Jr 29,7). A participação na vida pública, portanto, não é algo estranho à fé. É uma expressão concreta da responsabilidade que temos uns pelos outros e pelo bem comum.

A Doutrina Social da Igreja nos oferece critérios fundamentais para esse compromisso: a dignidade inviolável de cada pessoa, o bem comum, a solidariedade, a subsidiariedade, a participação, a destinação universal dos bens e a opção preferencial pelos pobres. O Compêndio da Doutrina Social afirma que a participação na vida social, econômica, cultural e política é um dever a ser exercido de modo responsável e em vista do bem comum.

O Papa Francisco, na *Fratelli Tutti*, nos recorda que a política, quando verdadeiramente colocada a serviço da pessoa e da sociedade, é uma das formas mais preciosas de caridade, porque busca o bem comum. Ele chama a atenção para a necessidade de uma política capaz de incluir os movimentos populares e de construir processos sociais de fraternidade e justiça.

É nesse espírito que esta cartilha apresenta algumas Metas Populares para o Estado de São Paulo. Elas nascem da escuta das periferias, das pastorais sociais, dos movimentos populares, dos trabalhadores, das comunidades, das pessoas que enfrentam diariamente as desigualdades e das organizações comprometidas com a construção de uma sociedade mais justa e solidária.

Não se trata de indicar candidatos ou partidos. Trata-se de oferecer elementos para que cada cidadão e cada cidadã possa conhecer, discernir, escolher, acompanhar e cobrar. O voto não encerra a participação democrática. Depois das eleições, permanece a responsabilidade de acompanhar as políticas públicas, fiscalizar o orçamento, participar dos espaços de controle social e cobrar dos eleitos os compromissos assumidos.

A esperança cristã não é passiva. É uma esperança que se transforma em compromisso, participação e ação. Como comunidade de fé, somos chamados a “agir com justiça, amar a misericórdia e caminhar humildemente com nosso Deus” (Mq 6,8).

Que estas Metas possam ser instrumento de diálogo nas comunidades, paróquias, pastorais, movimentos e organizações sociais; que ajudem a aproximar a política da vida concreta do povo; e que contribuam para que o Estado de São Paulo seja cada vez mais comprometido com a dignidade humana, a justiça social, a paz, a democracia, a fraternidade e o cuidado com a Casa Comum.

Que o Espírito Santo nos conceda sabedoria para discernir, coragem para participar e compromisso para construir, juntos, uma sociedade em que ninguém seja descartado e em que a vida de todos seja respeitada e promovida.

Côn. Marcelo Monge
Vigário Episcopal da Caridade Social
Arquidiocese de São Paulo



METAS POPULARES PARA O ESTADO DE SÃO PAULO NAS ELEIÇÕES 2026

Um olhar de esperança para o nosso território



INTRODUÇÃO

A Pastoral Fé e Política (PFP) da Arquidiocese de São Paulo (ASP), diante das eleições de 2026, quer lembrar que somos chamados a pensar no futuro do Estado de São Paulo. Mais do que escolher nomes, partidos ou alianças, este é o momento de refletir sobre quais prioridades devem orientar a ação do poder público e quais compromissos devem ser assumidos com a vida do povo paulista.

A igreja se preocupa com as eleições à luz do Evangelho e da Doutrina Social da Igreja na busca da justiça social por meio da Política, a mais alta forma de caridade. Uma vez que tem caráter de transformação da realidade social do Povo de Deus (Papa Pio XI, Paulo VI, João Paulo II, Bento XVI, Francisco e Leão XIV).

A esfera de governo municipal é próxima da população uma vez que vivemos nas cidades. A esfera federal tem grande repercussão na mídia e de certa forma também é acompanhada pela população. Entretanto a esfera de governo estadual é distante da população sejam as ações do poder executivo, governador/a, ou a atuação do poder legislativo, a Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo (ALESP). Este motivo nos levou a organizar as metas populares para o Estado de São Paulo. Um Estado que tem o **maior orçamento público** entre todas as unidades federativas do Brasil um [orçamento para 2026](#) de R\$ 382,3 bilhões para 46 milhões de habitantes.

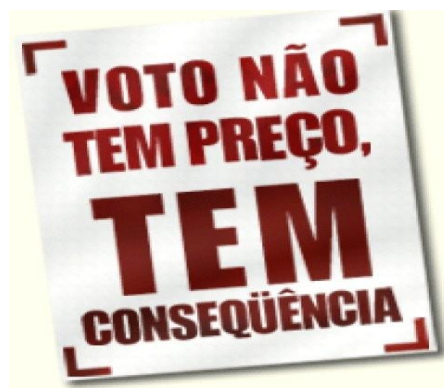
Em 2018, fizemos o primeiro caderno de [METAS POPULARES PARA O ESTADO DE SÃO PAULO de 2018](#) inspirado na Lei do Programa de Metas (Artigo 69-A da Lei Orgânica do Município inserido pela Emenda nº 30/2008) da cidade de São Paulo. Uma lei de iniciativa popular que obriga o prefeito ou prefeita eleita a apresentar as propostas de campanha em metas (ações estratégicas, indicadores e metas quantitativas para os quatro anos de gestão) e disponibilizá-las à população em até 90 dias de governo, bem como a prestação de contas da realização dessas metas, durante o governo.

Em 2022, o [Caderno](#) de metas da PFP da ASP foi utilizado em debates com candidatos/s e, de forma pedagógica, nas comunidades e paróquias, para que a população tivesse um olhar qualificado para os principais problemas do Estado, a partir das propostas populares.

Agora em 2026, seguindo essa trajetória, este Caderno pretende atualizar esse olhar.

No Caderno, apresentamos propostas concretas e análises, nascidas da escuta de movimentos populares, pastorais sociais, periferias, trabalhadores, entidades, para ajudar no debate público e fortalecer a construção de uma sociedade justa, fraterna, solidária e democrática.

O ponto central é que a política não pode ser deixada apenas nas mãos de poucos. Ela é responsabilidade de todos e todas, e portanto tem de ser participativa. O voto não é um cheque em branco. Depois da eleição, é preciso acompanhar, cobrar, participar e defender o bem comum. Quando o povo se organiza, a democracia se fortalece.



O texto deste Caderno, *Metas Cidadãos 2026* parte de uma realidade que continua atual: vivemos em uma sociedade marcada por desigualdades profundas. Muitos sofrem com a falta de moradia digna, com a precariedade do atendimento à saúde, com propostas e ações para a educação que não humanizam o sistema, com a violência, o desemprego, a exclusão social, econômica, cultural e com a falta de possibilidade de participação nas decisões públicas. Por isso, discutir eleições é também discutir justiça social, dignidade e direitos.

A proposta do documento é clara, colocar no centro do debate temas essenciais para a vida do povo: segurança, moradia, saúde, acessibilidade, meio ambiente, mobilidade, trabalho, lazer, cultura, participação social e gestão pública. São metas construídas a partir da realidade concreta do povo e voltadas à redução das desigualdades.

Ao incorporar a voz das periferias, da juventude, das mulheres, da população de rua, da comunidade LGBTQIA+, da população negra, dos povos originários e de tantos outros grupos historicamente esquecidos, *Metas Cidadãos 2026* reafirma uma verdade importante: o Estado de São Paulo só será mais justo quando escutar os que mais sofrem e construir políticas públicas com participação popular.

Por isso, este momento eleitoral de 2026 deve ser vivido com **consciência, responsabilidade e esperança**. Esperança não como espera passiva, mas como compromisso com a transformação. Esperança que nasce quando o povo participa, propõe, acompanha e busca por seus direitos. Esperança que cresce quando a política volta a ser entendida como serviço, cuidado e construção do bem comum.

Nas eleições de 2026, somos convidados a renovar esse compromisso. Precisamos um Estado de São Paulo mais justo, participativo, solidário e comprometido com a vida. Acreditamos que isso é possível quando o povo se organiza, faz ouvir sua voz e transforma suas necessidades em metas, suas metas em propostas, e sua organização em esperança.

ELEIÇÕES 2026

Nas eleições de 2026, os eleitores brasileiros votarão para cinco cargos diferentes nos poderes Executivo e Legislativo. Serão ao todo 6 votos, pois serão eleito/as dois ou duas senadores/as.

Cargos em disputa

1. **Presidente/a da República:** Mandato de 4 anos (Executivo Federal).
2. **Governador/a:** Mandato de 4 anos em todos os estados e no Distrito Federal (Executivo Estadual).
3. **Senador/a:** Mandato de 8 anos, com a renovação de duas vagas por Estado (Legislativo Federal).
4. **Deputado/a Federal:** Mandato de 4 anos na Câmara dos Deputados (Legislativo Federal).
5. **Deputado/a Estadual:** Mandato de 4 anos nas Assembleias Legislativas ou na Câmara Legislativa do DF (Legislativo Estadual).

Competências dos cargos, conforme o Tribunal Superior Eleitoral

- **Presidente da República:** supervisiona o governo federal, define diretrizes de política econômica, relações exteriores, segurança, saúde e educação.
- **Governador:** chefe do Poder Executivo em cada estado e no Distrito Federal, responsável pelas políticas estaduais de saúde, segurança pública e educação.
- **Senador:** representa o Estado, aprova leis de longo prazo, tem competências exclusivas, como processar e julgar o presidente da República e aprovar autoridades indicadas pelo Executivo.
- **Deputado federal:** representa a população na Câmara dos Deputados; legislam em âmbito nacional, propõem e revisam leis, fiscalizam o governo federal e aprovam o orçamento.

- **Deputado estadual e distrital:** atua nas Assembleias Legislativas estaduais ou na Câmara Legislativa do Distrito Federal, legislando sobre matérias estaduais e fiscalizando o Executivo local.

Desta forma compreendemos que tanto os senadores, como deputados federais e estaduais representam a população do Estado pelo qual serão eleitos.



Governo estadual

O governo estadual atua como um administrador intermediário entre a União e os municípios. Ele é responsável por gerenciar serviços públicos com a arrecadação de impostos como o Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA), o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) e o Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação (ITCMD).

A administração estadual é dividida entre áreas de atuação, que incluem:

- **Segurança Pública:** Gestão das polícias civil e militar, além da construção e manutenção do sistema penitenciário.
- **Educação:** Responsabilidade principal sobre o ensino fundamental II (fases finais) e o ensino médio.
- **Saúde:** Oferta e manutenção de hospitais de referência, prontos-

socorros estaduais e atendimento de alta complexidade.

- **Infraestrutura:** Manutenção e conservação das rodovias estaduais e transporte intermunicipal.
- **Gestão Tributária:** Arrecadação de tributos estaduais e aplicação desses recursos no Estado.

Para acompanhar os gastos, planejar projetos públicos ou registrar demandas sobre essas áreas, o cidadão pode consultar o [Portal da Transparência do Governo do Estado de São Paulo](#).

A população contribui com o pagamento dos impostos e taxas estaduais, além da contribuição dos servidores públicos, destinada à previdência e ao sistema de saúde próprio do Estado, mas é fundamental a ação cidadã nas decisões sobre políticas públicas e na fiscalização das ações do Poder Executivo e do Poder Legislativo.

Para um governo atento a valores como o bem comum, a equidade, a democracia, a paz e a justiça, a participação do povo é fundamental organizado em pastorais, sindicatos, movimentos, entidades, clubes de serviços etc.

Possibilidades de Participação Política e Controle Social

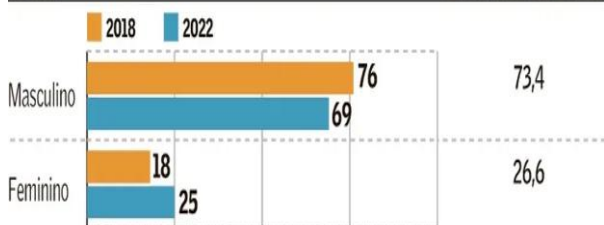
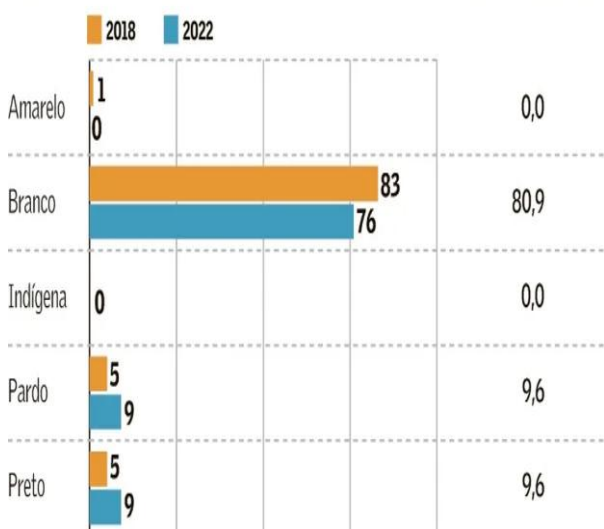
- **Voto:** Escolha consciente, a cada quatro anos, de Deputados Estaduais (Assembleia Legislativa) e do Governador.
- **Fiscalização do Orçamento:** Monitoramento dos gastos do governo em obras, saúde e educação por meio do Portal da Transparência estadual.
- **Participação em Audiências Públicas:** Presença em debates estaduais sobre o Plano Plurianual (PPA) e a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO).

Divisão de poder na Assembleia de SP

Número de deputados estaduais eleitos por partido para a legislatura que começa em 2023

**Diversidade cresce, mas nem tanto**

Deputados estaduais eleitos em SP por gênero e cor

Gênero % do total em 2022**Cor** % do total em 2022

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral (TSE)

Entender o Ciclo das Despesas PúblicasNo [Portal de Transparência de SP](#),

é possível verificar o andamento do dinheiro recolhido pelo Estado.

Dotação: O limite máximo de dinheiro autorizado em lei para um projeto ou secretaria.**Empenho:** A reserva oficial do dinheiro do governo para pagar um serviço contratado ou um fornecedor.**Liquidação:** A verificação de que o serviço foi de fato prestado ou que o bem foi entregue corretamente.**Pagamento:** O momento final em que o dinheiro sai dos cofres estaduais e é transferido ao contratado.

Você pode também consultar o [Observatório Fiscal do TCESP](#), que apresenta as receitas e despesas do Governo Estadual de forma didática, com gráficos simplificados sobre investimentos nas áreas de saúde e educação:

Verificar as Leis de Planejamento Orçamentário

Para ler os documentos oficiais de planejamento criados pelo Executivo e votados pelo Legislativo, pesquisar no site de [Orçamento e Planejamento de SP](#).

- **PPA (Plano Plurianual):** Metas de médio prazo do governo, para 4 anos.
- **LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias):** Regras anuais que orientam como o orçamento deve ser feito.
- **LOA (Lei Orçamentária Anual):** O orçamento propriamente dito, que estima as receitas e fixa os gastos para o ano vigente.

Se você quiser dados consolidados sobre as cidades do interior e litoral paulistas, pode também acessar o Portal da Transparência Municipal do [TCESP](#), painel oficial do Tribunal de Contas para auditar gastos de prefeituras.

Acompanhar as Receitas (Arrecadação)

Para saber quanto dinheiro está entrando nos cofres do estado, a seção de [Consulta da Receita Orçamentária](#) gerida pela Secretaria da Fazenda, expõe os valores previstos versus os valores reais arrecadados com impostos locais (como ICMS e IPVA) e transferências constitucionais da União.

Fiscalizar Investimentos e Obras

Para acompanhar grandes projetos estaduais, o painel de [Investimentos Realizados pelo Estado de SP](#) detalha os aportes orçamentários aplicados em infraestrutura, modernização tecnológica, segurança e saúde pública regional.

Monitorar as Emendas Parlamentares

Para acompanhar como os deputados estaduais estão direcionando verbas para as cidades ou instituições, o filtro de Emendas Parlamentares no [Portal da Transparência](#) revela qual parlamentar liberou verba, o valor exato destinado e o município beneficiado.

UM OLHAR CRISTÃO

Exortação Apostólica *Dilexi Te*



O Papa Leão XIV aborda a política na Exortação Apostólica *Dilexi Te* (2025), foca no amor aos pobres e critica diretamente as estruturas

políticas e econômicas globais que geram a exclusão social.

O Papa afirma que a pobreza não é apenas um problema de indivíduos isolados, mas sim o resultado de falhas coletivas. No texto, ele destaca alerta para:

- **Os Sistemas Injustos:** As sociedades frequentemente adotam critérios políticos orientados pelo acúmulo de riqueza, favorecendo os mais fortes e aprofundando as desigualdades (10-11).
- **As Ideologias Mundanas:** O Pontífice alerta que muitos cristãos se deixam contagiar por abordagens ideológicas mundanas e visões secularizadas da economia que geram conclusões equivocadas sobre a dignidade humana (15).
- **A Falsa Meritocracia:** O documento rejeita duramente a visão de que a maioria dos pobres estão nessa situação por falta de merecimento, criticando uma "visão enganosa de meritocracia" que valida injustiças sociais (14).

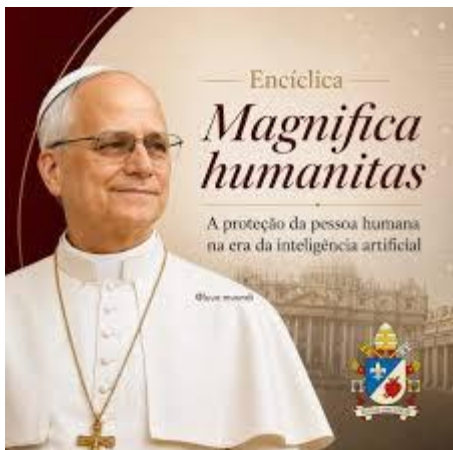
Leão XIV enfatiza que o combate à miséria exige mais do que ações assistenciais isoladas. Ele aborda a esfera pública ao cobrar:

- **Mudança Estrutural:** A necessidade urgente de reformar as regras econômicas e as políticas públicas para focar na eliminação das causas profundas da desigualdade (12).
- **Responsabilidade do Estado:** Ele contesta a ala de fiéis que tenta separar a religião do desenvolvimento social integrativo, lembrando que a política deve atuar ativamente na promoção da justiça e do trabalho digno. Uma religiosidade que ignora o sofrimento do trabalhador e as injustiças estruturais nega a própria raiz do Evangelho (13).
- **Destinação Universal dos Bens:** O Papa recorda que o direito à propriedade privada não é absoluto e

deve estar subordinado ao bem-estar comum de toda a humanidade (17).

ética e à preservação da dignidade humana (201).

Encíclica Magnifica Humanitas



O Papa Leão XIV aborda a política na sua primeira encíclica, [Magnifica humanitas](#), ao propor o horizonte da **Civilização do amor** como alternativa à cultura de dominação tecnológica e à desumanização na era da Inteligência Artificial (IA).

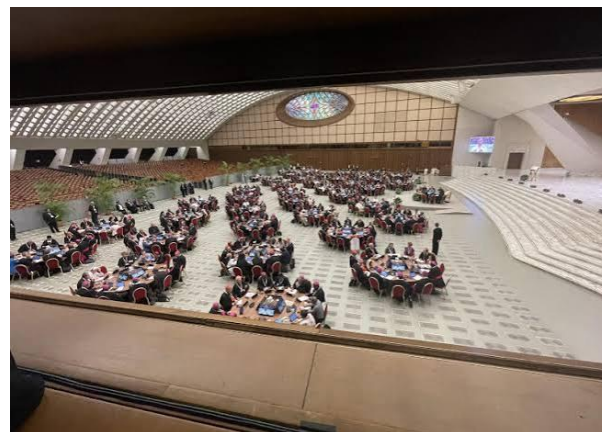
O pontífice analisa como o poder político e as decisões geopolíticas globais estão fortemente condicionados pelos avanços algorítmicos.

A reflexão política do texto concentra-se em três eixos principais:

- **Desarmamento Tecnológico:** O Papa convoca líderes políticos e governos a "desarmar a IA". Ele estabelece um paralelo com o desarmamento nuclear. Exige que a tecnologia seja libertada das lógicas de poder, exclusão, morte e controle social (198).
- **Crítica à Guerra Justa:** A encíclica faz um alerta severo contra o uso de armas autônomas e algoritmos militares. Propõe, explicitamente, a superação do conceito clássico de "guerra justa", insistindo no fortalecimento do diálogo diplomático e no multilateralismo (199).
- **Amizade Social e Bem Comum:** exorta os agentes públicos a restabelecerem a "amizade social", o bem comum e a corresponsabilidade. Enfatiza que o progresso técnico deve se submeter à

Na encíclica *Magnifica Humanitas* e em pronunciamentos recentes, o Papa Leão XIV aborda o uso da Inteligência Artificial no campo político e eleitoral com profunda preocupação em relação à manipulação do debate público. O Pontífice defende o fortalecimento das instituições democráticas e a criação de marcos regulatórios para garantir a transparência das plataformas e a proteção contra a desinformação. Ressalta que a busca da verdade é essencial para a democracia e denuncia as mensagens enganosas e manipuladoras da opinião pública (134-137).

Sínodo por uma igreja sinodal: comunhão, participação e missão



A Sinodalidade é um processo global de escuta e renovação da Igreja Católica que se manifesta tanto na organização interna quanto na sua **atuação social e geopolítica** no mundo contemporâneo. A sinodalidade — que significa "caminhar juntos" — propõe uma mudança estrutural profunda que desafia lógicas políticas tradicionais.

O sínodo atua como um contraponto direto à crescente polarização ideológica global. Prioriza a escuta ativa e o discernimento coletivo, rejeitando a agressividade do debate político partidário moderno.

Uma [Igreja sinodal](#) e voltada à escuta tem autoridade moral e legitimidade para intervir politicamente em crises humanitárias, como:

- **Justiça climática** e preservação ambiental.
- Defesa dos direitos de **migrantes e refugiados**.
- Regulamentação ética da **Inteligência Artificial**.
- Combate às **desigualdades econômicas** estruturais.

Diretrizes Gerais da Ação Evangelizadora da Igreja no Brasil 2026-2032



As Diretrizes Gerais da Ação Evangelizadora (DGAE) da Igreja no Brasil, 2026-2032, têm por objetivo geral evangelizar, anunciando Jesus Cristo, como igreja sinodal, sustentada pela Palavra e pelos sacramentos, em comunidades de discípulos missionários, fiel à evangélica opção preferencial pelos pobres, a caminho da plenitude do Reino de Deus.

As Diretrizes se entendem explicitamente como instrumento de recepção do Sínodo sobre a Sinodalidade na Igreja do Brasil.



Contemplam os desafios da evangelização como o individualismo, o enfraquecimento comunitário, polarizações e *fake news*, desafios do mundo digital e IA (Inteligência Artificial), a violência e a exclusão social e a crise do compromisso missionário.

Trazem como sinais de esperança a força da Eucaristia e da Palavra, a iniciação à vida cristã, o protagonismo dos leigos e leigas, a piedade popular e a solidariedade nas crises e tragédias.

Para atingir o Objetivo Geral, as Diretrizes enfatizam que se faz necessário a conversão das relações, dos processos e dos vínculos.

O Documento das DGAE 2026-2032

1. Rejeita o partidarismo ideológico e propõe uma atuação fundamentada na **justiça social, na superação da polarização e no compromisso com as periferias**.

2. Identifica a **polarização e a fragmentação social** como grandes feridas do Brasil contemporâneo. A Igreja se posiciona como um espaço de mediação e escuta ativa, contrapondo-se à lógica do "nós contra eles" que domina o debate público, a favor da **Cultura do Diálogo**.

3. Reafirma a **Opção preferencial pelos pobres** e o dever ético e evangélico de combater as desigualdades estruturais e as injustiças socioeconômicas do Brasil.

4. Reafirma o compromisso com a **Defesa dos Direitos Humanos** e a proteção incondicional da vida e da dignidade humana em todas as suas etapas.

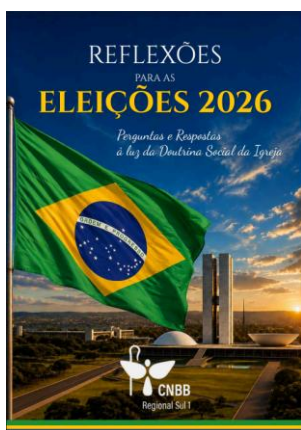
5. Reafirma o compromisso com a **Ecologia Integral**, a **exigência** de cuidado com a "Casa Comum", as pressões políticas por justiça climática e pela preservação socioambiental.

CNBB divulga mensagem ao povo brasileiro por ocasião das eleições de 2026

Na [mensagem](#) os bispos reafirmam o compromisso da Igreja com a promoção da vida, da dignidade humana e do bem comum, ao mesmo tempo em que destacam a importância da participação consciente dos cidadãos no processo eleitoral.

Subsídio Regional Sul 1 da CNBB

O Regional Sul 1 da CNBB desenvolveu o Subsídio “[Reflexões para as Eleições 2026 – Perguntas e Respostas à luz da Doutrina Social da Igreja](#)”



Encontros de Reflexão e Oração Sobre as Eleições 2026 – CEFEP



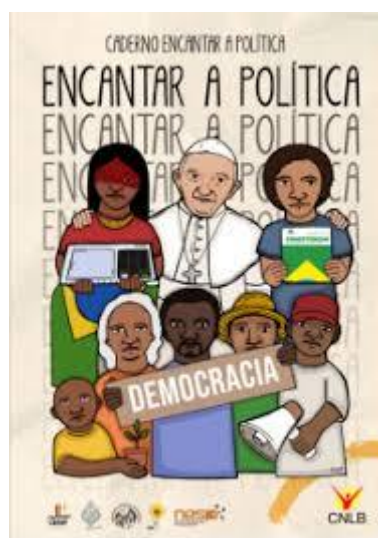
O Centro Nacional de Fé e Política Dom Helder Camara (CEFEP), organismo da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil voltado à formação política de cristãos e cristãs, lança [subsídio reflexivo e orante para as Eleições 2026](#). Inspirado pelas encíclicas *Fratelli Tutti* e *Laudato Si*, o material propõe encontros sobre

democracia, ética nas eleições, combate à desinformação e critérios cristãos para o voto responsável.

Diante dos desafios contemporâneos, o guia aborda tópicos cruciais para a manutenção do Estado Democrático de Direito e para a ética cristã, incluindo:

- Democracia e participação cidadã;
- Ética no processo eleitoral e o combate às *fake news* (desinformação);
- O papel fundamental dos partidos e das organizações populares;
- Critérios cristãos para o voto consciente e responsável.

Encantar a Política



Em 2022, um coletivo de entidades uniu-se para lançar o Caderno [Encantar a Política](#) com apoio da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), que parte do pensamento do Papa Francisco sobre a política como decorrência ética do mandamento do amor e caminho para o bem comum. O documento, baseado nas encíclicas *Laudato Si* e *Fratelli Tutti* e na Exortação Apostólica pós-sinodal *Evangelii Gaudium*, incentiva a participação cidadã, a ecologia integral e a defesa dos direitos sociais, destacando o papel dos movimentos populares na busca por Terra, Teto e Trabalho.

Em agosto de 2026, foi lançado o [Caderno Encantar A Política No.2](#) Educação Política e

tem por subtema Brasil: Eleições Gerais 2026 Fortalecer a democracia e eleger um Congresso Nacional amigo do povo. Apresenta uma proposta de 6 encontros e a oração pelas eleições

Caderno de Fé e Política do Regional Sul 1 da CNBB - Eleições 2024



O [Caderno de Fé e Política do Regional Sul 1 da CNBB - Eleições 2024](#) é um subsídio de formação política que revê conceitos basilares do significado de política e oferece elementos do contexto sociopolítico do nosso país, considerando os desafios para fortalecer a democracia, avançar como nação justa, inclusiva, atenta aos pobres, assim como, o de cuidar da Casa comum e portanto, traz conceitos e contribuições para as eleições de 2026.

UM OLHAR PARA NOSSO ESTADO DE SÃO PAULO

METAS CIDADÃS 2026

Apresentamos em seguida a posição de diferentes entidades em relação a problemas nacionais e estaduais a serem considerados por eleitores/as e candidatos/as, dados que foram constatados no sofrimento da vida do povo e foram noticiados.

Políticas Públicas para Mulheres



O governador Tarcísio de Freitas [reduziu pela metade](#) a verba destinada a políticas para mulheres, o que gerou debates na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo (Alesp) e questionamentos de órgãos fiscalizadores. A discussão orçamentária envolve tanto a diminuição das cotas sugeridas no planejamento anual quanto a baixa execução (congelamento) do dinheiro autorizado. É importante sempre lembrar que a dotação orçamentária adequada é essencial para a concretização de qualquer política pública.

Mulheres na Política

A [Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo \(Alesp\)](#) conta atualmente com a maior representatividade feminina de sua história, somando 26 deputadas estaduais em exercício, correspondendo a cerca de 27,6% das 94 cadeiras da Casa. A proporção na atual legislatura reflete um aumento importante de mais de 31% em relação ao período anterior (2019-2023), que contava com apenas 19 parlamentares mulheres. Entretanto, não são necessárias apenas mulheres, mas que sejam comprometidas com as necessidades da população.

Considerando que as mulheres constituem a maioria do eleitorado e que não estão devidamente representadas na chefia do Poder Executivo e nas casas legislativas cumpre comprometer, nesta eleição de 2026, os atuais candidatos e candidatas, com o Projeto de Iniciativa Popular [Mais Mulheres na Política](#), que prevê reserva de 50% das cadeiras dos

legislativos municipais, estaduais e Câmara Federal para mulheres, sendo 25% dessas cadeiras destinadas a mulheres negras.

A questão Socioambiental

Vivemos uma grave crise climática no Planeta, no Brasil e aqui no Estado de São Paulo. Não se trata de uma crise ambiental, mas socioambiental como nos alertou o Papa Francisco na Encíclica *Laudato Si* (2015). As questões climáticas afetam com maior intensidade e danos a população mais pobre. Os pobres estão no centro da preocupação e da ação cristã, como afirma o Papa Leão XIV na Exortação Apostólica *Dilexit Te* (2025). Os cristãos precisam considerar a questão socioambiental nas eleições.

O Estado de São Paulo tem enfrentado um aumento expressivo na frequência e na intensidade de eventos climáticos extremos, caracterizados por mudanças bruscas de temperatura, tempestades severas e períodos severos de estiagem. Tanto a capital quanto o interior e o litoral paulista registram impactos diretos desse novo padrão climático, divididos principalmente em três frentes:

Tempestades e Precipitações Extremas

- **Aumento de Volume:** Estudos da [Universidade de São Paulo \(USP\)](#) apontam que o número de tempestades severas (acima de 100 mm de chuva em um único dia) cresceu substancialmente.
- **Raios e Ventanias:** As tempestades têm vindo acompanhadas de um aumento expressivo no volume de descargas elétricas e rajadas de vento de forte intensidade (vendavais), provocando quedas massivas de árvores e desabastecimento de energia elétrica.
- **Litoral e Interior:** O litoral norte e a Baixada Santista registram os maiores índices de vulnerabilidade para deslizamentos de terra devido à combinação de relevo acidentado e frentes frias estacionárias. No interior, cidades populosas sofrem com

enchentes relâmpago por conta do solo impermeabilizado.

Ondas de Calor e Frentes Polares Bruscas

- **Amplitude Térmica Radical:** Tornou-se comum o estado registrar quebras de recordes de calor seguidas, em menos de 24 horas, pela entrada de massas de ar polar intensas que despenham as temperaturas em mais de 10°C a 15°C.
- **Invernos com Extremos de Frio:** Sob a influência de massas de ar polar, o estado registra madrugadas com termômetros próximos ou abaixo dos 10°C, acionando estados de alerta para baixas temperaturas pela Defesa Civil.

Estiagem Prolongada e Incêndios (Seca)

- **Baixa Umidade do Ar:** Nos meses de outono e inverno, o bloqueio de frentes frias estende os períodos sem chuva de forma severa. Os índices de umidade relativa do ar frequentemente caem para patamares críticos (abaixo de 30% ou 20%), gerando problemas respiratórios na população.
- **Queimadas:** A falta de chuva resseca a vegetação do interior paulista, criando condições ideais para incêndios florestais de grandes proporções em áreas de mata e canaviais.

O governo estadual [cortou 34%](#) da verba total aprovada para ações de Infraestrutura Hídrica e Combate a Enchentes, conforme levantamento da Secretaria Estadual da Fazenda e Planejamento.

O olhar das pastorais e movimentos



- Combater a priorização do projeto agroexportador, controlado pelo capital externo e voltado à produção de bens primários para exportação, as 'commodities'.

- Elaborar políticas protetivas das terras para os povos do campo, das águas e das florestas, assim como para aquelas áreas com finalidades de preservação ambiental.

- Impedir a configuração de um regime fundiário plenamente desregulado e com níveis elevadíssimos de dependência externa.

- Barrar a internacionalização de: 1) Terras destináveis à exploração agropecuária; 2) Reservas minerais; 3) Campos petrolíferos do pré-sal; 4) Mananciais de água. Uma vez que são bens naturais que não são produtos do trabalho humano e, portanto, não são mercadorias.

- Garantir o respeito ao direito social, ambiental e étnico na exploração econômica da natureza, conforme a definição que recebem nos regimes fundiários: 1) Das terras destináveis à exploração econômica, sujeitas aos limites da função social e ambiental (Arts. 184-186/CF88); 2) Das terras étnicas destinadas à reprodução de culturas ancestrais (Indígena – Art. 231/CF88 e Quilombola – ADCT – Art. 68/CF88); 3) Das terras contínuas destinadas à proteção ambiental (Parques e Reservas Naturais – Art. 226/CF88).

- Proteger: O ambiente natural saudável. Os direitos ancestrais dos povos da terra. O clima planetário. A soberania alimentar. A soberania territorial do Estado democrático.

- Impedir a colocação dos territórios de assentamentos de reforma agrária, artificialmente 'consolidados', de receber o título de domínio privado, pois, com esse título

são retirados da reforma agrária e inseridos no mercado.

- Redistribuir terras para a reforma agrária.

- Respeitar os direitos ancestrais dos povos da terra.

- Garantir um abastecimento alimentar diversificado para a população.

- Fomentar a agricultura camponesa contemporânea, suscetível de oferecer respostas econômico-ecológicas sustentáveis.

- Defender a soberania territorial face às tentativas de internacionalização mercantil dos recursos naturais.

- Promover e articular uma política de desenvolvimento produtivo ambientalmente sustentável, orientada para o readensamento das cadeias produtivas, com enfoque estratégico para a indústria, as empresas nacionais, a presença no território nacional, a diversidade regional e a geração de emprego de qualidade e com relações de trabalho democráticas.

- Fortalecer políticas voltadas para a agricultura familiar, a reforma agrária e o desenvolvimento com sustentabilidade e inclusão no campo.

- Fomentar a bioeconomia;

- Fomentar a economia circular, pois poupa recursos naturais;

- Fomentar os circuitos curtos de comercialização de alimentos.

Pastoral da Ecologia Integral



Propostas para a Educação Ambiental

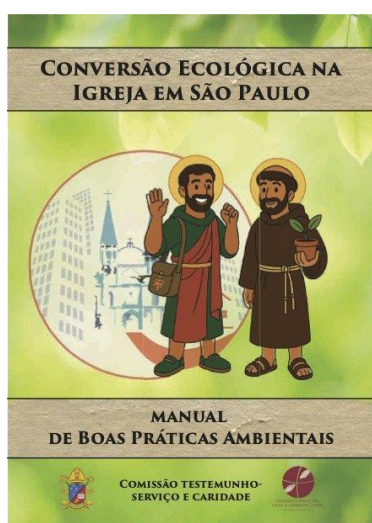
- Criar núcleos institucionais para Educação Ambiental com olhar para sociedades sustentáveis atuando diretamente na formação de técnicos e educadores dos sistemas de ensino, em todos os níveis e órgãos do 1º ao 3º setor.

- Planejar, desenvolver e assessorar atividades de Educação Ambiental na educação formal e não formal nos centros urbanos e nas zonas rurais, garantidas nos planos estaduais e municipais do Estado de São Paulo.

- Criar núcleos de Educação Ambiental nas estruturas dos órgãos de educação, meio ambiente e afins dando condições de estrutura física, econômica e humana, além de garantir parcerias com as comunidades locais e com setor privado, assegurando a eficácia das ações socioambientais.

- Garantir que seja inserida a temática de meio ambiente, transversalmente, nas propostas curriculares e nos documentos pedagógicos dos sistemas de ensino das esferas estadual e municipal.

Conheça o Manual de boas práticas ambientais desenvolvido pela Comissão Arquidiocesana Testemunho e Serviço da Caridade e o Vicariato Episcopal da Caridade Social “[Conversão Ecológica na Igreja em São Paulo](#)”.



Educação

Ferramenta interativa, o [Mapa dos Ataques à Educação Pública de São Paulo](#) reúne denúncias de privatização e militarização de escolas públicas do Estado e revela as verbas movimentadas nos processos. Programas estratégicos [sofreram reduções significativas](#), como o combate à violência escolar (-65%), a melhoria da infraestrutura das escolas (-66%) e os repasses para a construção de creches (-47%).

Moradia

A faixa de renda de até dois salários-mínimos representa uma das maiores barreiras de inserção urbana e permanência social na cidade de São Paulo. Famílias com essa limitação orçamentária enfrentam graves dificuldades de acesso à moradia nas áreas centrais da cidade, transporte público diário e saneamento, o que empurra a população para periferias distantes e sobrecarrega a rede de assistência local.

O valor médio do metro² na cidade de São Paulo é de R\$ 12.000,00 e no interior do estado é de R\$ 7.000,00, enquanto o [déficit habitacional](#) no estado é estimado entre **650 mil e 1 milhão de moradias**, afetando principalmente famílias de baixa renda que gastam muito com o aluguel.

Propostas do Movimento dos Trabalhadores sem Terra Leste 1



- Retomar o Programa Estadual de Mutirões. A retomada de programas de mutirões e autogestão habitacional no Estado de São Paulo é uma [pauta histórica](#) defendida por movimentos sociais de moradia para combater o déficit de moradias populares

com participação direta da população na construção dos conjuntos. Atualmente, o Estado foca no programa [Casa Paulista](#), o apoio público dá-se em repasses de cartas de crédito e parcerias com o setor imobiliário privado para a compra de unidades prontas.

- Criar um Conselho Estadual das Cidades.
- Destinar, no mínimo, 1% do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) para habitação social.
- Elaborar e implementar uma política de habitação no Estado, com participação popular e prioridade para as famílias de baixa renda.
- Diante da complexidade da questão da moradia, garantir diversidade nas políticas de habitação, com ações voltadas para as diferentes situações: urbanização e regularização de favelas, melhorias habitacionais, produção de moradia, reforma de edifícios ociosos, dentre outros.
- Recuperação da capacidade de execução dos programas da Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de SP, CDHU, e apoio ao desenvolvimento institucional dos municípios.
- Criação de um programa habitacional com autogestão.
- Fortalecimento de uma ação preventiva (medidas de mediação para evitar despejos forçados violentos) nas ações de reintegração de posse.

Saúde

A saúde em São Paulo vive sob o avanço da privatização, isto é, do modelo de terceirização da gestão pública por meio de Organizações Sociais de Saúde (OSS). Os equipamentos continuam integrados ao SUS e gratuitos para a população, mas a contratação de pessoal, a compra de insumos e a administração diária ficam sob a responsabilidade de entidades privadas. Os [principais danos](#) apontados por entidades setoriais, sindicatos e órgãos de controle social sobre a privatização e a terceirização da gestão da saúde pública no estado de São Paulo (geralmente realizada por meio de Organizações Sociais de Saúde — OSS) envolvem a precarização das condições de trabalho, a alta rotatividade de profissionais e falhas na fiscalização e na transparência do uso de verbas públicas.

Propostas das plenárias Estadual e Municipal da Saúde

As plenárias estadual e municipal da saúde publicaram no Dia Mundial da Saúde (07/04/2026) a Carta Aberta em Defesa do Sistema Único de Saúde (SUS) e pontuam os principais obstáculos à universalidade que é princípio fundamental do SUS, junto à equidade e integralidade.

CARTA ABERTA EM DEFESA DO SUS AÇÃO GLOBAL PELA COBERTURA UNIVERSAL EM SAÚDE

Todos os anos, a Organização Mundial da Saúde (OMS) elege um tema para mobilização e debate no Dia Mundial da Saúde, celebrado em 7 de abril. Em 2026, o tema inicialmente divulgado foi "Ação global pela cobertura universal em saúde", posteriormente modificado para "Juntos pela saúde. Apoio à ciência". Reconhecemos e valorizamos a ciência, defendemos sua autonomia e lutamos por seu financiamento adequado. Porém, insistimos no tema inicialmente proposto pela OMS e questionamos: em um contexto global de conflitos e guerras, a quem interessa mitigar o debate sobre a universalidade em saúde?

No Brasil, o Sistema Único de Saúde tem como princípios fundamentais: a universalidade, a equidade e a integralidade. Assim, desde sua fundação, nosso SUS busca a cobertura universal em saúde, sem distinção de territórios e populações. Apesar dos avanços, na celebração dos 40 anos da 8ª Conferência, ainda temos muito a conquistar!

Com racismo, machismo e desigualdade, não há universalidade

Pessoas pretas, mulheres, moradoras de periferias e deficientes morrem mais e mais cedo, vítimas de problemas de saúde que poderiam ser evitados e da violência. Têm piores indicadores de saúde ao longo da vida, mais dificuldades de acesso aos serviços e, quando conseguem atendimento, sofrem com discriminações, racismo institucional e baixa qualidade da assistência. Quem é mãe ou cuida de uma pessoa ainda enfrenta a ausência de políticas intersetoriais que conectem a saúde com a educação, a assistência social, a habitação e os direitos humanos.

Com tanta terceirização, não há universalidade

A cidade e o estado de São Paulo são provas de que a terceirização falhou! Além de não melhorar o acesso aos serviços de saúde, ainda piorou o atendimento. Filas, superlotação, falta de vagas e baixa qualidade da assistência, além das notícias de fraudes, continuam fazendo parte do cotidiano. Com a alta rotatividade de trabalhadores nas OSS, não há educação permanente em saúde, com prejuízos inegáveis às dimensões de vinculação e formação profissional.

O prefeito Ricardo Nunes e o Secretário de Saúde Zamarco contratam Organizações Sociais da Saúde (OSS) que têm reputação ruim e não monitoram suas atividades de forma correta, pois são contados "números de atendimentos" sem se importar se a saúde da população está melhorando. Ao mesmo tempo em que pagam milhões para as OSS, dão o calote em outras empresas, deixando a municipalidade descoberta.

Sem financiamento adequado, não há universalidade

Um SUS forte e soberano precisa de financiamento para todas as suas ações, incluindo a promoção, a prevenção e a assistência em saúde, com unidades bem estruturadas e força de trabalho motivada e respeitada em seus direitos. Sem isso, não é possível enfrentar as desigualdades pelo território e implementar as políticas e programas de forma efetiva.

São Paulo tem papel relevante também na formação de recursos humanos da saúde, no desenvolvimento científico e tecnológico e no complexo econômico-industrial da saúde. Nesses setores, o fechamento da FURP pelo governo estadual e o sucateamento dos laboratórios municipais configuram perdas para a população e para o conjunto do sistema de saúde.

Sem controle social, não há universalidade

O controle social fiscaliza, acompanha e monitora as políticas públicas de saúde, bem como a aplicação dos recursos. A atuação dos conselhos é fundamental para a democracia, na luta por transparência das ações e dos gastos de gestores de unidades, de secretários de saúde, do prefeito e mesmo do governador.

Há anos os governos estadual e municipal de São Paulo vêm tentando minar os espaços de participação social, mas usuários(as) e trabalhadores(as) do SUS resistem na luta! Por um sistema de saúde verdadeiramente universal, equânime e integral, pela democracia e pela soberania nacional, reivindicamos concursos públicos para a saúde, ampliação do financiamento do SUS municipal e estadual e controle social efetivo!

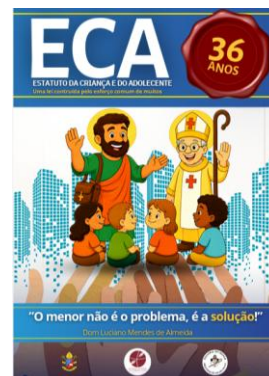
PLENÁRIA MUNICIPAL/ESTADUAL DA SAÚDE



Com o objetivo de contribuir para o debate democrático acerca de temas fundamentais relacionados aos direitos sociais, ao Sistema da Dívida, à política monetária e à transparência das contas públicas no Brasil, consideramos fundamental que cada pré-candidato(a) possa se posicionar individualmente em relação a esses temas, respondendo objetivamente às questões colocadas na [Carta-Aberta Eleições 2026 dirigida a todos os Partidos Políticos](#)

Infância e adolescência

Conheça a Cartilha desenvolvida pela Pastoral do Menor da ASP em conjunto com o Vicariato Episcopal da Caridade Social da ASP celebrando [36 anos Estatuto da Criança e do Adolescente](#).



A [Pastoral do Menor e o Vicariato Episcopal para a Caridade Social](#) da Arquidiocese de São Paulo, alinhados à [Conferência Nacional dos Bispos do Brasil \(CNBB\)](#), posicionam-se firmemente contra a redução da maioridade penal no Brasil. A Igreja Católica manifesta profunda preocupação com o avanço de propostas legislativas como a PEC 32/2015, classificando a medida como um retrocesso social e jurídico na política de proteção integral à infância e à adolescência.



Pastoral Carcerária: Redução da maioridade penal

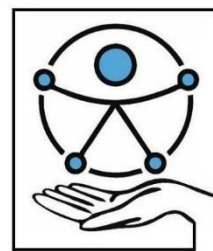
A redução da maioridade penal representa um grave retrocesso na proteção dos direitos das crianças e adolescentes, já que a política criminal baseada na ampliação do encarceramento como resposta a problemas sociais complexos, desconsidera as evidências acumuladas ao longo de décadas sobre a ineficácia dessa estratégia na redução da

violência e na promoção da segurança pública. A experiência concreta das prisões brasileiras demonstra que o fortalecimento do sistema penal não tem produzido mais proteção à sociedade, mas sim o agravamento das violações de direitos, da superlotação carcerária e da exclusão social. A Pastoral Carcerária publicou [nota contra a PEC32/2015](#) que prevê a redução da maioridade pena de 18 anos para 16 anos.

A [Pastoral Carcerária](#) também defende a [Agenda Nacional Pelo Desencarceramento](#) e a justiça restaurativa, um modelo de justiça que possa lidar com os conflitos de forma pacífica, comunitária e encontre medidas que ajudem a restabelecer as relações.



Pastoral da Pessoa com Deficiência



Pastoral das Pessoas com Deficiência

ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO

- Destinar, respeitando a LBI, 3% das Habitações de Interesse Social para pessoas com deficiência.
- Garantir o abastecimento de medicamentos e insumos nas unidades de distribuição gratuita para os segmentos vulneráveis da sociedade como idosos e pessoas com deficiência.
- Oferecer, em todos os conselhos de participação popular, a acessibilidade comunicacional, como intérprete de libras e legendas, assim como a garantia de acessibilidade nos sites das Secretarias e autarquias do Estado, de modo a garantir a efetiva participação da sociedade.
- Fiscalizar os meios de transporte intermunicipais e interestaduais para que ofereçam acessibilidade como demanda a LBI, oferecendo autonomia no acesso ao veículo.

A **LBI** (Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, [Lei nº 13.146/2015](#)), também chamada de Estatuto da Pessoa com Deficiência, é o marco legal nacional que garante, promove e protege em condições de igualdade o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoas com deficiência, visando sua inclusão social e cidadania.

Pastoral Operária - Região Episcopal Belém - Arquidiocese de São Paulo.



- Apoiar a população desempregada, em termos da formação crítica da realidade do Mundo do Trabalho;
- Desenvolver formação para compreensão das causas da informalidade ou do trabalho precário e ausência de garantias jurídicas, financeiras e assistenciais para os trabalhadores);
- Estimular a sindicalização e promover campanhas de conscientização sobre os direitos da classe trabalhadora;
- Promover a formação e articulação com a juventude organizada;

Rede Nossa São Paulo



- Definir áreas prioritárias para o investimento público a partir de critérios de vulnerabilidade socioterritorial;
- Estimular o planejamento integrado em nível regional e metropolitano, com ações que respondam aos desafios da Agenda 2030 da ONU (Objetivos de Desenvolvimento Sustentável);
- Definir um processo participativo de elaboração do Plano Pluri Anual, PPA, 2024-2027, integrado aos ODS e com estratégias de desenvolvimento territorial.
- Criar conselhos de desenvolvimento territorial que acompanhem o trabalho de consórcios

públicos e outras modalidades de cooperação intergovernamental, trazendo, também, a população para discussões com a gestão pública.



Campanha por um Legislativo mais representativo, mais ético e mais responsável. Seu papel na formulação de leis é essencial numa democracia e num Estado Democrático de Direito.

- [MANIFESTO](#) Por um Congresso com maioria amiga do povo!
- Manifesto pela [erradicação da prática ilegal](#) de compra e venda de votos nas eleições e decisões legislativas.

- SELO “NÃO COMPRO VOTO”

O [Selo](#) será distribuído a partir do compromisso que será apresentado aos Candidatos às eleições de 2026.

Pastoral Fé e Política



PROMOVER:

- Políticas públicas com caráter redistributivo, favorecendo a redução das desigualdades.
- Políticas públicas construídas e operadas por meios participativos.

Elaboração:

Pastoral de Fé e Política
Arquidiocese de São Paulo